

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Contorne a Janja

Técnicos da Receita Federal entraram em contato com parlamentares pedindo ajuda para limitar compras que cada CPF pode importar com isenção de imposto no e-commerce. A ideia é montar um projeto que tenha a lavra do Parlamento e, assim, evitar bater de frente com a primeira-dama Janja da Silva, que foi contra a taxação das "blusinhas".

A hora de Heleno

O fato de o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional general Augusto Heleno ter sido chamado a depor na Polícia Federal sobre a "Abin paralela" não significa que ele esteja livre de ser alvo de alguma operação. Tem gente no Supremo desconfiada que o militar sabia de tudo o que se passava na alçada do então diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Alexandre Ramagem.

Questão de tempo

Amigo de Lula, o diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, entra em estágio probatório, conforme avaliação do Planalto. Se Lula se convencer de que deve demiti-lo, só o fará quando encontrar um novo lugar ao sol para acomodá-lo.

E a corrupção, hein?

O governo vai jogar na transparência das contas públicas e das emendas para tentar melhorar de posição no ranking da corrupção divulgado esta semana, no qual o Brasil caiu 10 posições. Até lá, vai tentar empurrar tudo como herança maldita do governo de Jair Bolsonaro.

Receita só na fiscalização

A reunião das frentes parlamentares com o intuito de propor um projeto de regulamentação da reforma tributária, aprovada no ano passado, definiu que as novas leis terão de ser autoaplicáveis. Essa será uma espécie de linha mestra dos 19 grupos de trabalho que as frentes montaram, copiando o modelo adotado pelo Poder Executivo.

A ideia é construir textos que não deixem espaço para que a Receita Federal edite portarias e sugira decretos presidenciais para complementar a legislação que sair do Congresso. A decisão segue a determinação dos congressistas de reforçar o poder do Parlamento em todos os temas. É o Legislativo cuidando de si.



CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Quem comemora.../ ...a demissão de Alessandro Moretti da cúpula da Abin é o senador Renan Calheiros (foto), do MDB-AL. O parlamentar foi o primeiro a alertar Lula sobre o fato de Moretti ter trabalhado com Anderson Torres na Secretaria de Segurança Pública do DF.

Esse, não! Os paulistas registraram a frase do ministro da Casa Civil, Rui Costa, na entrevista sobre o túnel submerso Santos-Guarujá, depois da conversa do presidente Lula com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas: "Muitos estavam céticos com os investimentos do PAC, nós estamos materializando". Esse projeto não é exclusivo do PAC e tem muitos padrinhos.

Sorrisos republicanos! A obra que o governo pretende carimbar como um "sucesso" do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na verdade, será em parceria com o governo paulista. O projeto estava em análise antes do governo Lula, quando o atual governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, era ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro. Quando assumiu o governo de São Paulo, o ex-ministro colocou o empreendimento como prioridade de sua gestão.

INVESTIGAÇÃO

PF intima general Heleno

Militar prestará depoimento sobre o aparelhamento da Abin, que integrava estrutura do GSI. Oitiva deve ocorrer na terça-feira

» RENATO SOUZA

Em mais uma etapa para aprofundar as investigações sobre o esquema de espionagem montado na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Polícia Federal intimou o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para depor a respeito do caso. A corporação quer esclarecer fatos que teriam ocorrido quando ele estava à frente do órgão.

Heleno chefiou o GSI no governo Bolsonaro e é um dos nomes mais próximos do ex-presidente. A oitiva dele deve ocorrer na próxima terça-feira, na sede da PF em Brasília.

As investigações apontam que o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente, integra o núcleo político do esquema que espionou ilegalmente pelo menos 1,8 mil pessoas. No entanto, as diligências também indicam que existem outros envolvidos, cujas identidades ainda não são conhecidas.

O esquema é investigado no âmbito da Operação Vigilância Aproximada. Nos bastidores, aliados de Bolsonaro e ex-integrantes do governo temem que Heleno seja alvo de busca e apreensão. Na avaliação de pessoas próximas à gestão anterior do Executivo, o militar mantinha muitas conversas sensíveis que poderiam provocar animosidade, caso venham a público.

Durante buscas realizadas na segunda-feira, que miraram Carlos Bolsonaro, foram apreendidos 10 celulares, três notebooks, um HD externo e uma arma na casa do militar Giancarlo Gomes Rodrigues, que assessorava

Alteração

A Abin fez parte da estrutura administrativa do GSI enquanto o general Augusto Heleno esteve no cargo. A agência passou para o guarda-chuva da Casa Civil em março de 2023, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

o então diretor da Abin, Alexandre Ramagem.

As apreensões ocorreram em Salvador. Giancarlo Rodrigues atuou em batalhões do Exército no Rio de Janeiro e no GSI, durante o governo do ex-presidente Michel Temer.

Já na casa de Carlos foram apreendidos celular, computadores e outros arquivos de informática que podem ser usados para aprofundar as investigações.

Na fase anterior da operação, o alvo foi Ramagem, atual deputado federal pelo PL-RJ.

No topo da cadeia hierárquica no sistema de inteligência, estava Heleno. Os investigadores queriam saber se o general tinha conhecimento das irregularidades e para quem eram destinadas as informações colhidas dos alvos.

A vigilância clandestina ocorria com o uso do software First Mile, além de contar com outros programas especializados na captação irregular de informações privadas. Está em poder do relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Alexandre de Moraes, um relatório que detalha os nomes de quem estava sendo espionado. Procurado pela reportagem, Augusto Heleno não quis se manifestar sobre o caso.

Lula Marques/ Agência Brasil



O general Augusto Heleno comandou o Gabinete de Segurança Institucional no governo Bolsonaro

» Convite a Carlos Bolsonaro

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, reforçou, ontem, o convite para que o vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos) se filie à legenda do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Para o dirigente, as operações recentes da PF que miram o vereador e o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) ocorrem por conta das "últimas pesquisas" eleitorais — Ramagem é pré-candidato à prefeitura do Rio. Nas redes sociais, Costa Neto também destacou que Bolsonaro e os filhos são "campeões de voto" no Rio de Janeiro e classificou as operações recentes como "perseguição" à família.

Por mais poder à comissão de inteligência

» EVANDRO ÉBOLI

Integrante da comissão do Congresso que controla e fiscaliza a atividade de inteligência, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) quer ampliar os poderes do colegiado para tentar evitar que descontrole e desvios de função na Abin (Agência Brasileira de Inteligência), se repitam, como o monitoramento ilegal de políticos adversários do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados.

O petista é um dos 12 integrantes da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência (CCAI), mas avalia, agora, que essa instância é falha, e a resolução que a criou, há 10 anos, é insuficiente, deixando brechas e impedimentos burocráticos ao bom funcionamento do órgão.

"O Congresso precisa atuar para evitar que a Abin seja usada de forma política. Esse órgão não pode ser peça de disputa política, como fez Bolsonaro. Essa luta por mudanças na agência é pelo bem da democracia. Sem isso, vamos ter uma agência que atua sem qualquer controle", disse Zarattini. Para o petista, as regras da CCAI, hoje, não "estão à altura dos desafios".

Investigação da Polícia Federal constatou o funcionamento de uma "Abin paralela" nos anos de Bolsonaro no Palácio do Planalto. Essas ilegalidades ocorreram, segundo a corporação, durante a gestão de Alexandre Ramagem no comando da Abin. Hoje, ele é deputado federal pelo PL do Rio.

Ramagem foi indicado pelo líder da minoria na Câmara,

Eduardo Bolsonaro (PL-SP), para integrar a CCAI, em maio do ano passado, uma nomeação que provocou controvérsia. O ex-diretor da Abin já era alvo de acusações de desvios na agência.

A atuação de Ramagem na comissão foi de oposição ao governo Lula e também contra os movimentos sociais e as organizações não governamentais, setores aliados do petista.

Ramagem replicou na comissão, que ainda integra, a linha de pensamento e ideologia pregados por Bolsonaro e seu governo. O deputado é autor de seis dos 18 requerimentos apresentados no colegiado. Dois foram aprovados — um deles de autoria conjunta com outros seis integrantes do grupo — e os outros foram rejeitados ou

retirados pelo parlamentar.

Num desses requerimentos, o deputado, que foi alvo de busca e apreensão da PF na semana passada, tentou aprovar que 11 órgãos do governo — do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) à Força Nacional de Segurança Pública — enviassem todos os documentos, as informações e os informes emitidos entre 2 e 9 de janeiro de 2023, "com o objetivo de alertar ou acautelar autoridades e entes públicos sobre os riscos envolvendo os atos ocorridos no último dia 8 de janeiro nas sedes dos Três Poderes".

Entre esses órgãos estavam também a Abin e todos os setores de inteligência das Forças Armadas. Esse requerimento acabou retirado da pauta.